

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REVISTA JURÍDICA IN VERBIS
CONSELHO EDITORIAL DA 44ª EDIÇÃO
Processo Seletivo Edital 01/2018
Resultado Definitivo da Seleção Formal

A REVISTA JURÍDICA IN VERBIS, por meio de seu Conselho Editorial, com sede no Setor de Aulas I, Campus Universitário Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, localizado em Lagoa Nova, CEP: 59072-970, Natal – RN, torna pública a lista de ARTIGOS APROVADOS NA SELEÇÃO FORMAL de trabalhos científicos para a 44ª edição do periódico, cuja materialização dar-se-á em observância com as especificações e disposições contidas no Edital 01/2018, previamente publicado.

Cumprido frisar, precipuamente, que todos os critérios norteadores considerados para a análise formal dos artigos submetidos foram extraídos das normas previstas no Edital 01/2018, no Guia de Normas, assim como no Artigo Modelo. Destarte, após o prazo de 72 (setenta e duas) horas para interposição de recursos ao Resultado Preliminar da Seleção Formal divulgado em 16 de julho de 2018, arrolamos, a seguir, os títulos dos artigos aprovados e que, portanto, serão analisados na Seleção Material, próxima etapa do Processo Seletivo.

ARTIGOS APROVADOS – SELEÇÃO FORMAL
OS PRECEDENTES JUDICIAIS E O SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO: UMA INTRODUÇÃO AO TEMA
A EUTANÁSIA E SUA RELAÇÃO COM O FIM ARBITRÁRIO DA VIDA HUMANA
SOCIEDADE LIMITADA E SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS JURÍDICOS
O PROCESSO PEDAGÓGICO DE FORMAÇÃO HUMANÍSTICA DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS
“PSEUDÔNIMA”: NOME E IDENTIDADE FEMININOS NA REALIDADE PREDOMINANTE DE PRODUÇÃO MASCULINA
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EFETIVIDADE DO DIREITO FUNDAMENTAL AO SANEAMENTO BÁSICO
DIREITO DA ENERGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DA TUTELA JURÍDICA DA ENERGIA SOLAR
O DANO MORAL PREVIDENCIÁRIO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA
CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS
SIGNIFICADO POLÍTICO DA DOGMÁTICA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: A INSIGNIFICÂNCIA NA ORDEM NORMATIVA CONGLOBADA
REFLEXOS DA LEI Nº 13.546/2017 NA DOGMÁTICA DO CRIME CULPOSO
INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM VIRTUDE DO ABANDONO

AFETIVO DOS PAIS EM RELAÇÃO AOS SEUS FILHOS
A ALEGADA SITUAÇÃO DE HIPORREGULAÇÃO DA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA SATISFATIVA: UMA ANÁLISE HERMENÊUTICA DO PROCEDIMENTO E DO “RESPECTIVO RECURSO”
LIMITES AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E REEQUILÍBRIO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO
VALIDADE, EFICÁCIA E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO CONTRATO DE NAMORO
A PRISÃO PROVISÓRIA E O RISCO DE DEGRADAÇÃO DO "EU": UMA ANÁLISE JURÍDICO-PSICOLÓGICA SOBRE AS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DO ENCARCERAMENTO DO INDIVÍDUO ANTES DA SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO
ESTUPRO VIRTUAL É CRIME REAL: UMA INVESTIGAÇÃO DO ARTIGO 213 DO CÓDIGO PENAL EM CONTEXTO CIBERNÉTICO
A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA FRENTE AO ATIVISMO JUDICIAL
TUTELA JURÍDICA EXTRAPATRIMONIAL E TARIFAÇÃO DOS DANOS MORAIS: UMA ANÁLISE SOBRE A (IN)INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 223-G, §1º, DA LEI Nº 13.467/2017 ATRAVÉS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
AS COTAS RACIAIS, SEM POLÍTICAS PÚBLICAS AUXILIARES, NÃO SÃO SUFICIENTES PARA UM INCLUSÃO PLENA NAS UNIVERSIDADES
ELEIÇÕES 2018: AS REGRAS
CONTRATO ELETRÔNICO: ASPECTOS JURÍDICOS
A ECONOMIA COMPORTAMENTAL NO COMBATE À SONEGAÇÃO
A SOBERANIA DAS ESFERAS EM HERMAN DOOYEWEERD: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE OS LIMITES DO DISCURSO JUDICIAL
AS CONSTELAÇÕES FAMILIARES COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
MUDANÇA DE PARADIGMAS: PROTEÇÃO AOS ANIMAIS ENQUANTO SERES SENCIENTES E CRÍTICA À CLASSIFICAÇÃO ATUAL COMO “COISA SEMOVENTE”
A IMPOSSIBILIDADE DE EXAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL FACE AO ALIENANTE DE IMÓVEL
PRINCIPIOLOGIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA HUMANIZAÇÃO DAS PENAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXECUÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE
A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA AO CRIME DE PECULATO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
O CONTRATO ELETRÔNICO NO E-COMMERCE: SIMILITUDES E PECULIARIDADES NO TOCANTE À TRADICIONAL TEORIA GERAL DOS CONTRATOS
VARAS JUDICIAIS ESPECIALIZADAS EM MEIO AMBIENTE: EXPERIÊNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL
O DIREITO À INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA PUBLICIDADE DE ALIMENTOS
DISCRIMINAÇÃO ENFOCADA DA ÓTICA DE LEGALIDADE: DIFERENÇA ENTRE GRUPO DE RISCO E COMPORTAMENTO DE RISCO DISCIPLINA DO TEMA DO ARTIGO: DIREITO CONSTITUCIONAL
A SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO: “AUTOS DE



RESISTÊNCIA” NA CONTRAMAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

O SUICÍDIO E O DIREITO CIVIL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A RESPEITO DAS SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTRATO DE SEGURO DE VIDA E A SÚMULA 610 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O ENSINO DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NAS ESCOLAS PÚBLICAS COMO PROJETO DE EXTENSÃO DA UFRN

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CASOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: ANÁLISE DO RECURSO ESPECIAL N.º 1.140.901 – DF

Natal/RN, 20 de julho de 2018

O Conselho Editorial